

CURSO JURÍDICO FMB

CURSO



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DOS MÓDULOS

Sumário

DIREITO CIVIL – LINDB.....	03
DIREITO CIVIL – PARTE GERAL.....	03
DIREITO CIVIL – OBRIGAÇÕES.....	04
DIREITO CIVIL – CONTRATO.....	06
DIREITO CIVIL – RESPONSABILIDADE CIVIL.....	07
DIREITO CIVIL – DIREITO DAS COISAS.....	08
DIREITO CIVIL – DIREITO DE FAMÍLIA.....	10
DIREITO CIVIL – DIREITO DAS SUCESSÕES.....	11
DIREITO DO CONSUMIDOR.....	12
DIREITO EMPRESARIAL	12
DIREITO PROCESSUAL CIVIL	13
DIREITO PROCESSUAL CIVIL – EXECUÇÕES.....	14
DIREITO PROCESSUAL CIVIL – MEDIDAS CAUTELARES.....	15
DIREITO PROCESSUAL CIVIL – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....	15
DIREITOS HUMANOS.....	15
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	16
DIREITO INTERNACIONAL.....	16
DIREITO AMBIENTAL.....	17
DIREITO PENAL – PARTE GERAL.....	17
DIREITO PENAL – PARTE ESPECIAL.....	20
DIREITO PROCESSUAL PENAL	21
LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL.....	23
DIREITO DO TRABALHO.....	25
DIREITO PROCESSUAL TRABALHISTA.....	25
DIREITO CONSTITUCIONAL.....	26
DIREITO ADMINISTRATIVO.....	28
DIREITO TRIBUTÁRIO.....	29
ÉTICA.....	31

- Lei de introdução às normas do direito brasileiro – Decreto-lei n.º 4.657/42;
- Introdução;
- Conceito e classificação das leis;
- Diferença entre código, consolidação, compilação e estatuto;
- Vigência das normas;
- Lei Corretiva;
- Local de publicação das leis;
- Princípios;
- Fontes do Direito;
- Fontes materiais;
- Classificação das Fontes formais;
- Eficácia da Norma;
- Revogação da lei;
- Revogação Expressa;
- Revogação Tácita;
- Revogação global;
- Competência para Revogar as Leis;
- Ineficácia;
- Interpretação da lei;
- Funções da interpretação;
- Interpretação quanto ao sujeito;
- Interpretação quando ao método;
- Interpretação quanto ao resultado;
- Mecanismos de Integração do ordenamento jurídico;
- Justiça alternativa;
- Antinomias;
- Normas de direito internacional privado;
- Regras da LINDB;

DIREITO CIVIL – PARTE GERAL

- Direito Civil;
- Pessoas Naturais;
- Fim da personalidade jurídica;
- Comoriência;
- Quase pessoa jurídica;
- Nascituro;
- Capacidade;
- Benefício de restituição ou *restitutio in integrum*;
- Diferença entre representação e assistência;
- Falta de legitimação;
- Autorização;
- Rol dos incapazes;
- Rol dos relativamente incapazes;
- Forma de aquisição da capacidade plena;
- Direitos da personalidade;
- Ausência civil;

- Pessoas jurídicas;
- O início da personalidade jurídica;
- Dissolução da associação;
- Fundação;
- Extinção da fundação;
- Domicílio;
- Bens;
- Classificação dos bens;
- Bens imóveis ou bens de raiz;
- Fatos jurídicos;
- Aquisição dos direitos;
- Modos de aquisição dos direitos;
- Direitos atuais e direitos futuros;
- Distinção entre ato e negócio jurídico;
- Classificação dos negócios e atos jurídicos;
- Requisitos de existência do ato ou do negócio jurídico;
- Motivos;
- Interpretação dos negócios jurídicos;
- Representação;
- Ato ou negócio jurídico accidental;
- Condição – art. 121 do CC;
- Termo;
- Classificação;
- Encargo;
- Invalidade do negócio jurídico;
- As causas de nulidade absoluta – art. 166 do CC;
- Causas de nulidade relativa – artigo 171 do CC;
- Nulidades textuais e virtuais;
- Efeitos da decretação de nulidade;
- Princípio da incomunicabilidade das nulidades;
- Defeitos dos negócios jurídicos;
- Erro ou ignorância;
- Dolo;
- Coação;
- Estado de perigo;
- Lesão;
- Simulação;
- Fraude contra credores;
- Prescrição e decadência;

DIREITO CIVIL – OBRIGAÇÕES

- Direito das obrigações;
- Introdução para apresentar as categorias jurídicas;
- Obrigação;
- O vínculo jurídico;
- As partes;
- Prestação;

- Fontes da obrigação;
- Classificação das obrigações;
- Obrigação de dar;
- Perecimento do bem;
- Deteriorização;
- Obrigação de restituir;
- Obrigação de dar coisa incerta;
- Obrigação de fazer;
- Obrigação de não fazer (obrigação negativa);
- Multa diária ou cominatória (astreinte);
- Obrigação simples;
- Obrigação complexa ou composta;
- Obrigação alternativa ou disjuntiva;
- Perecimento de uma das prestações;
- Perecimento de todas as prestações;
- Obrigação divisível;
- Obrigação indivisível;
- Obrigações solidárias;
- Obrigação solidária ativa;
- A questão da morte;
- Refração de crédito;
- Perecimento da prestação;
- Prescrição na solidariedade ativa;
- Diferença entre solidariedade ativa e indivisibilidade ativa;
- Solidariedade passiva;
- Morte de um dos devedores solidários;
- Renúncia a solidariedade passiva;
- Renúncia ao crédito;
- Diferença entre solidariedade passiva e indivisibilidade passiva;
- Transmissões das obrigações;
- Cessão de crédito;
- Qual a diferença entre endosso e a cessão de crédito;
- Assunção de dívida;
- Cessão de contrato;
- Adimplemento;
- Pagamento;
- Objeto do pagamento;
- Princípio do nominalismo;
- As dívidas resultantes de ato ilícito;
- Cláusula de escala móvel;
- Prova do pagamento;
- Lugar do pagamento;
- Tempo do pagamento;
- Negócios em prestações sucessivas;
- Consignação em pagamento;
- Consignação extrajudicial;
- Consignação judicial;
- Sub-rogação;

- Imputação do pagamento;
- Requisitos da imputação ao pagamento;
- Hipóteses de pagamento indireto ou anormal;
- Sub-rogação;
- Imputação do pagamento;
- Dação em pagamento;
- Compensação;
- Novação;
- Confusão;
- Remissão;
- Inadimplemento das obrigações;
- Mora;
- Cláusula penal;
- Arras ou sinal;

DIREITO CIVIL – CONTRATOS

- Contratos;
- Requisitos de validade;
- Cláusulas contratuais;
- Princípios contratuais;
- Princípios da autonomia da vontade (princípio da liberdade contratual);
- Princípio da supremacia da ordem pública;
- Princípio da função social do contrato;
- Princípio da boa-fé objetiva (concepção ética da boa-fé);
- Princípio da boa-fé subjetiva (Princípio da concepção psicológica da boa-fé);
- Princípio do consensualismo;
- Princípio da obrigatoriedade dos contratos (*pacta sunt servanda*, isto é, os pactos devem ser observados);
- Princípio da relatividade dos contratos;
- Formação do contrato;
- Fases de formação do contrato;
- Contratos por correspondência epistolar ou por telegrama, isto é, por carta, pelo correio);
- Lugar da celebração dos contratos;
- Classificação dos contratos;
- Contratos unilaterais e bilaterais;
- Contratos onerosos e gratuitos;
- Contratos comutativos e aleatórios;
- Contratos principais e acessórios;
- Contrato derivado ou subcontrato;
- Contrato típico e atípico;
- Contrato preliminar (pacto de contraendo);
- Contratos pessoais e impessoais;
- Contratos paritários e contratos de adesão;
- Efeitos dos contratos bilaterais;
- *Exceptio non adimpleti contractus* (exceção do contrato não cumprido);
- Cláusula resolutiva tácita;

- Vícios redibitórios;
- Prazo para propor as ações edilícias;
- Prazo de garantia;
- Evicção;
- Extinção dos contratos;
- Resolução;
- Teoria da imprevisão;
- Resilição;
- Compra e venda;
- Natureza jurídica;
- Elementos da compra e venda;
- Coisa ou objeto;
- Preço;
- Consentimento;
- Despesa do contrato de compra e venda;
- Responsabilidade pelos riscos;
- Direito de retenção;
- Responsabilidade por dívidas que recaiam sobre o bem;
- Venda a descendente;
- Venda por condomínio de coisa indivisível;
- Venda a cônjuge;
- Venda *ad corpus*;
- Retrovenda;
- Venda a contento ou venda *ad gustum*;
- Venda sujeita a prova ou sob experimentação, também chamada venda de ensaio;
- Direito de preferência ou prelação;
- Venda com reserva de domínio;
- Venda sobre documentos ou contra documentos;
- Doação;
- Espécies de doação;
- Revogação da doação;
- Fiança;
- Exoneração do fiador;
- Extinção da fiança;
- Dação em pagamento;
- Mandato;
- Substabelecimento;

DIREITO CIVIL - RESPONSABILIDADE CIVIL

- Responsabilidade Civil;
- Responsabilidade Subjetiva e Objetiva;
- Excludentes da responsabilidade objetiva;
- Responsabilidade Contratual e Extracontratual;
- Responsabilidade Civil e Responsabilidade Penal;
- Requisitos da Responsabilidade Civil;
- Dano material;
- Perda de uma chance;

- Dano moral;
- Dano estético;
- Prazo para mover ação de indenização por danos morais;
- Nexo causal entre a conduta e o dano;
- Causas de exclusão da responsabilidade civil;
- Teoria do risco integral;
- Ausência de culpa da vítima;
- Legítima defesa;
- Estado de necessidade;
- Exercício regular de um direito;
- Estrito cumprimento de um dever legal;
- Responsabilidade Civil direta ou própria;
- Demanda por pagamento de dívida vincenda;
- Demanda por pagamento de dívida já paga ou cobrança excessiva;
- Responsabilidade civil complexa ou indireta;
- A responsabilidade do empregador pelos atos ilícitos do empregado;
- Responsabilidade da escola pelos atos culposos do aluno;
- Responsabilidade de hotéis, pensões, casas de hospedagem, pelos atos culposos dos hóspedes;
- Responsabilidade dos empresários e sociedades empresariais;
- Direito de regresso;
- Responsabilidade civil por danos causados por coisas;
- Responsabilidade civil pela queda de coisas líquidas e sólidas;
- Responsabilidade por danos causados por animais;
- Liquidação da indenização;
- Honorários advocatícios;
- Indenização em caso de homicídio;
- Alimentos ressarcitórios devidos em razão de lesão corporal que resulta em incapacidade para o trabalho;
- Garantias legais da indenização;
- Seguro obrigatório de acidente de trabalho.

DIREITO CIVIL – DIREITO DAS COISAS

- Direito das Coisas;
- Introdução;
- Conceito e Distinção entre Direitos Reais e Pessoais;
- Conteúdo;
- Regime Constitucional dos Direitos Reais;
- Posse;
- Conceito;
- Aquisição da posse;
- Da perda da posse;
- Detenção ou Mera Custódia;
- Natureza Jurídica da Posse;
- Objeto da Posse;
- Espécies de Posse;
- Posse Direta e Indireta;
- Posse Justa e Injusta;

CURSO JURÍDICO FMB CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DOS MÓDULOS

- Posse de Boa-Fé e de Má-Fé;
- Princípio da continuidade do caráter da posse;
- Posse Jurídica e Natural;
- Posse Nova e Velha;
- Posse *ad interdicta* e *ad usucapionem*;
- Posse *pro diviso* e *pro indiviso*;
- Posse trabalho e posse improdutiva;
- Comosse Simples e de Mão Comum;
- *Jus possidendi* e *jus possessionis*;
- Obstáculo para aquisição da posse;
- Acessão da posse;
- Efeitos da Posse;
- Defesa Direta;
- A Faculdade de Invocar os Interditos;
- Ações de Manutenção e Reintegração de Posse;
- Interdito proibitório;
- Princípio da Fungibilidade;
- Natureza Dúplice;
- Proibição da *EXCEPTIO PROPRIETATIS*;
- Não confundir as ações possessórias com as ações petórias
- Ação de imissão de posse;
- Ação reivindicatória
- Ação de nunciação de obra nova;
- Efeitos da posse quanto aos frutos
- Efeitos em relação às benfeitorias;
- Direito de Retenção;
- Efeitos quanto à deterioração e perda da coisa;
- Direito de Propriedade;
- Características do direito de propriedade;
- Aquisição da propriedade imóvel;
- Aquisição pelo registro do título;
- Aquisição por acessão;
- Construções e plantações (arts. 1.253 a 1.259 do CC);
- Aquisição pela usucapião;
- Espécies de usucapião;
- Procedimento da ação de usucapião;
- Perda da propriedade imóvel;
- Alienação;
- Renúncia;
- Abandono ou derrelição;
- Perecimento;
- Aquisição da propriedade móvel;
- Ocupação;
- Especificação;
- Confusão;
- Tradição;
- Propriedade resolúvel ou revogável;
- Direito reais sobre coisas alheias;
- Enfitese;

- Superfície;
- Servidão;
- Usufruto;
- Uso
- Habitação;

DIREITO CIVIL – DIREITO DE FAMÍLIA

- Conceito de família;
- Introdução;
- Princípios constitucionais;
- Do casamento;
- Da natureza jurídica do casamento;
- Processo de habilitação do casamento;
- Capacidade para o casamento;
- São incapazes de adquirir casamento;
- Diferenças entre incapacidade, impedimento e causas suspensivas;
- Impedimentos;
- Causas suspensivas;
- Oposição dos impedimentos e das causas suspensivas;
- Celebração do casamento;
- Casamento religioso de efeito civil;
- Da prova;
- Casamento inexistente;
- Casamento nulo;
- Casamento anulável;
- Nulidade absoluta e nulidade relativa;
- Casamento putativo;
- Regime de bens;
- Princípios dos regimes de bens;
- Restrições patrimoniais entre os cônjuges;
- Espécies de regime;
- Da dissolução da sociedade conjugal;
- Divórcio;
- Divorcio extrajudicial;
- Da guarda;
- União estável;
- Diferença entre união estável e concubinato;
- Direitos na união estável;
- Parentesco;
- Espécies de parentesco civil;
- Contagem do parentesco;
- Afinidade;
- Filiação;
- Ação negatória de paternidade;
- Reconhecimento de filho;
- Capacidade para reconhecimento de paternidade;
- Ação de investigação de paternidade;

- Dos alimentos;
- Classificação;
- Ação revisional;
- Ação de exoneração;
- Prisão civil;
- Alimentos gravídicos;
- Bem de família;
- Poder familiar;

DIREITO CIVIL – DIREITO DAS SUCESSÕES

- Sucessões;
- Abertura da Sucessão;
- Comoriência;
- Da Capacidade para Suceder;
- Sucessões Irregulares ou Anômalas ou Anormais;
- Da indivisibilidade da Herança;
- Delação Sucessória;
- Aceitação ou Adição da Herança;
- Renúncia da Herança;
- Regras Comuns à Aceitação e Renúncia;
- Herança Jacente;
- Indignidade;
- Reabilitação do indigno;
- Diferença entre indignidade e deserdação;
- Direito de representação;
- Ordem de vocação na sucessão hereditária;
- Sucessão dos colaterais;
- Sucessão da companheira;
- Sucessão testamentária;
- Capacidade testamentária ativa;
- Não podem fazer testamento;
- Forma comum de testamento;
- Formas especiais de testamento;
- Codicilo;
- Disposições testamentárias em geral;
- Nulidade das disposições testamentárias;
- Cláusula de inalienabilidade;
- Legado;
- Direito de acrescer;
- Legitimação para suceder por testamento;
- Herdeiros necessários;
- Substituição;
- Deserdação;
- Revogação do testamento;
- Testamento;
- Ações;
- Ação de redução ou ação expletória ou de suplemento da legítima;

- Ação de sonegados;
- Ação colação ou conferência;
- Ação de petição de herança;
- Ação de inventário;
- Inventário X arrolamento;
- Partilha;
- Herdeiro evicto.

DIREITO DO CONSUMIDOR

- Defesa do consumidor;
- Teoria geral;
- Componentes da relação de consumo;
- Defesa do consumidor – política nacional das relações de consumo;
- Princípio da vulnerabilidade;
- Princípio da ação governamental;
- Princípio da harmonização entre os consumidores e os fornecedores;
- Princípio da boa-fé objetiva;
- Princípio do equilíbrio contratual nas relações de consumo;
- Princípio da coibição de abusos;
- Princípio do controle de qualidade;
- Princípio da racionalização e melhoria dos serviços públicos;
- Princípio da educação e informação do consumidor;
- Princípio do estudo das modificações constantes do mercado de consumo;
- Responsabilidade do fornecedor;
- Direitos básicos do consumidor – art. 6º;
- Teoria da desconsideração da personalidade jurídica;

DIREITO EMPRESARIAL

- Teoria Geral da empresa
- Capacidade empresarial;
- Estabelecimento empresarial;
- Nome empresarial;
- Registro empresarial;
- Sociedades;
- Classificação das sociedades;
- Extinção da sociedade simples
- Sociedade em nome coletivo
- Sociedade em comandita simples;
- Comentários à Lei 12.441/2011;
- A sociedade limitada;
- Credor do sócio;
- Alienação da quota;
- Administração da sociedade;
- Conselho fiscal da sociedade limitada;
- Sociedade anônima ou companhia;
- Valores mobiliários;

- Classificação das ações;
- Compra de ações pela sociedade anônima;
- Capital social;
- Constituição da sociedade anônima;
- Abertura do capital social;
- Assembleia geral;
- Conselho de administração;
- Diretoria;
- Conselho fiscal;
- Direito de voto
- Acordo de votos;
- Incorporação;
- Fusão;
- Cisão;
- Sociedade anônima subsidiária integral;
- Sociedade de economia mista;
- Sociedade em comandita por ações;
- Contratos mercantis;
- Compra e venda mercantil
- Comissão mercantil;
- Contrato de representação comercial;
- Leasing ou arrendamento mercantil;
- Contrato de franquia ou franchising;
- Contrato de alienação fiduciária em garantia;
- Contrato de reserva de domínio.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- Institutos fundamentais do processo civil;
- Jurisdição;
- Características da jurisdição;
- Princípios da jurisdição;
- Espécies de jurisdição;
- Ação;
- Características da ação;
- Condições da Ação;
- Procedimento;
- Pressupostos processuais;
- Competência;
- Litisconsórcio;
- Intervenção de terceiros e do ministério público no processo civil;
- Assistência;
- Oposição;
- Nomeação à autoria;
- Denúnciação da lide;
- Chamamento ao processo;
- Intervenção do Ministério Público no processo civil;
- Atos processuais e procedimentos;

- Procedimento comum ordinário;
- Citação;
- Providências Preliminares à sentença;
- Despacho saneador;
- Audiência de instrução e julgamento;
- Sentença;
- Coisa julgada;
- Provas, recursos, teoria geral e principais espécies, ação rescisória;
- Provas;
- Recursos;
- Teoria geral dos recursos e principais recursos em espécie;
- Principais recursos em espécie
- Apelação;
- Agravo de instrumento;
- Embargos infringentes;
- Embargos de declaração;
- Recurso ordinário;
- Recursos de ordem constitucional;
- Recurso especial e recurso extraordinário;
- Ação rescisória;

DIREITO PROCESSUAL CIVIL – EXECUÇÃO

- Títulos executivos;
- Características;
- Espécies de título;
- Dos títulos executivos extrajudiciais;
- Dos títulos executivos judiciais;
- Fases de liquidação de sentença;
- Resumo;
- Sincretismo processual;
- Cumprimento de sentença;
- Ação de execução;
- Modalidades de execução;
- Execução por quantia certa;
- Execução de entrega de coisa;
- Execução da obrigação de fazer ou não fazer
- Execução de alimentos;
- Execução contra a Fazenda Pública;
- Petição de cumprimento de sentença de título executivo judicial;
- Modelo;
- Execução de título extrajudicial;
- Modelo;
- Manifestações;

DIREITO PROCESSUAL CIVIL – MEDIDAS CAUTELARES

- Medidas cautelares

- Tutela antecipada;
- Ações cautelares nominadas em espécie;
- Cautelar de arresto;
- Cautelar de sequestro;
- Cautelar de busca e apreensão;
- Cautelar de produção antecipada de provas;
- Cautelar de alimentos provisionais.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

- Procedimentos especiais;
- Ações de procedimentos especiais de jurisdição voluntária;
- Ações de procedimentos especiais de jurisdição contenciosa;
- Ação monitória;
- Ações possessórias;
- Características;
- Espécies de possessórias;
- Diferença entre ação de manutenção de posse e interdito proibitório;
- Embargos de terceiro;
- Cabimento;
- Ação de consignação em pagamento;
- Procedimento extrajudicial;
- Procedimento judicial;
- Ação prestação de contas;
- Ação de inventário e partilha;
- Ação de nunciação de obra nova;
- Resumo – modelo;
- Ações possessórias;
- Modelo de ação possessória;
- Reintegração de posse;
- Medidas cautelares;
- Modelo de medida cautelar;

DIREITOS HUMANOS

- Definições;
- Direitos e garantias fundamentais;
- Direitos humanos;
- Teoria das gerações de direitos humanos
- Primeira geração;
- Segunda geração;
- Terceira geração;
- Características dos direitos humanos;
- Características positivadas;
- Características doutrinárias;
- Sistema internacional de direitos humanos;
- Principais tratados de direitos humanos;
- Sistema internacional de proteção dos direitos humanos;

- Sistema ONU;
- Sistema interamericano;

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

- Estatuto da criança e do adolescente;
- Proteção integral;
- Sujeitos;
- Princípios;
- Ato infracional;
- Conceito;
- Ato infracional praticado por adolescente;
- Requisitos do processo;
- Medidas socioeducativas do ECA;
- Conceito;
- Medidas socioeducativas em espécie;
- Advertência
- Obrigação de reparar o dano;
- Prestação de serviços à comunidade;
- Liberdade assistida;
- Semiliberdade;
- Internação;
- Princípio do SINASE;
- Convivência familiar;
- Casos de guarda;
- Efeitos da guarda;
- Tutela;
- Adoção;
- Conceito;
- Requisitos subjetivos;
- Requisitos objetivos;
- Efeitos da adoção;
- Adoção internacional.

DIREITO INTERNACIONAL

- Direito internacional público;
- Definição;
- Sujeitos do direito internacional privado;
- Estados soberanos;
- Organizações internacionais (OI);
- Pessoa humana;
- Fontes do direito internacional público;
- Fontes clássicas;
- Tratados;
- Costume internacional;
- Princípios gerais do direito;
- Equidade;

- Modos auxiliares;
- Fontes modernas;
- Atos unilaterais de Estado;
- Resoluções de organizações internacionais;
- Normas imperativas de Direito Internacional (jus cogens);
- Recepção de normas jurídicas internacionais.

DIREITO AMBIENTAL

- Direito Ambiental;
- Objeto do direito ambiental;
- Princípios constitucionais;
- Princípio do desenvolvimento sustentável;
- Princípio do usuário pagador;
- Princípio do poluidor pagador;
- Responsabilidade civil ambiental;
- Princípio da prevenção;
- Licenciamento ambiental;
- Princípio da precaução;
- Princípio da informação;
- Política nacional do meio ambiente;
- Espaços territoriais especialmente protegidos;
- Unidades de conservação;
- Compensação ambiental;
- Áreas de preservação permanente
- Regime de proteção das áreas de proteção permanente;
- Reserva legal;
- Política nacional dos recursos hídricos;
- Fundamentos da PNRH;
- Recursos minerais.

DIREITO PENAL – PARTE GERAL

- Direito penal;
- Direito penal do inimigo;
- Fontes do direito penal;
- Classificação das leis penais;
- Norma penal em branco;
- Tipo aberto;
- Interpretação;
- Integração do ordenamento jurídico;
- Princípio da reserva legal;
- Princípio da taxatividade ou mandato certeza;
- Princípio da anterioridade;
- Lei penal no tempo (sucessão de leis);
- Apuração da lei mais benéfica;
- Combinação de leis;
- Leis severas;

- Leis temporárias;
- Tempo do crime;
- Crime permanente e crime continuado;
- Lei penal no espaço;
- Princípios da extraterritorialidade;
- Princípio da personalidade ativa;
- Princípio da personalidade passiva;
- Princípio da defesa ou proteção ou real;
- Princípio da justiça universal ou cosmopolita;
- Princípio da representação ou substituição (princípio do pavilhão ou da bandeira);
- Princípio do “non bis in idem”;
- Eficácia da sentença penal estrangeira;
- Imunidade diplomática;
- Imunidades parlamentares;
- Presidente da República;
- Imunidade dos governadores;
- Disposições finais;
- Contagem do prazo;
- Teoria geral do crime;
- Fato jurídico;
- Objeto do crime;
- Sujeito passivo do crime;
- Responsabilidade penal da pessoa jurídica;
- Classificação dos crimes;
- Fato típico;
- Conduta;
- Causas de ausência de conduta;
- Formas de conduta;
- Resultado;
- Nexo causal;
- Concausa absolutamente independente;
- Concausa relativamente independente que não produz por si só o resultado naturalístico;
- Nexo causal nos crimes omissivos impróprios;
- Teoria da imputação objetiva;
- Ação diminuidora de risco;
- Tipicidade;
- Tipo legal;
- Elementos do tipo legal;
- Classificação dos tipos;
- Conflito aparente de normas;
- Requisitos para que haja o conflito aparente de normas;
- Princípios que regem o conflito aparente;
- Dolo;
- Teorias do dolo;
- Espécies;
- Posição do dolo na teoria do direito;
- Culpa;

- Graus de culpa;
- Compensação de culpa;
- Concorrência de culpa;
- Causas de exclusão da culpa;
- Preterdolo ou crime preterdoloso ou preterintencional;
- Erro de tipo;
- Discriminantes putativas;
- Erro accidental ou incidental;
- Crime consumado ou perfeito;
- *Iter criminis*;
- Tentativa ou *conatus*;
- Elementos da tentativa;
- Desistência voluntária e o arrependimento eficaz;
- Natureza jurídica;
- Arrependimento posterior ou ponte de prata;
- Natureza jurídica;
- Requisitos;
- Crime putativo;
- Espécies;
- Natureza jurídica;
- Consumação, tentativa, desistência voluntária, arrependimento eficaz. Arrependimento posterior e crime impossível;
- Cogitação;
- Preparação;
- Execução ou a prática de atos executórios;
- Consumação;
- Tentativa;
- Natureza jurídica;
- Classificação das espécies de tentativa;
- Aspectos modificadores da imposição da pena pelo afastamento da tipificação da tentativa;
- Arrependimento posterior;
- Crime impossível;
- Antijuridicidade e excludentes excesso punível;
- Requisitos objetivos das causas de exclusão da ilicitude;
- Estado de necessidade;
- Legítima defesa;
- Exercício regular do direito;
- Estrito cumprimento do dever legal;
- Excesso punível nas excludentes;
- Culpabilidade;
- Aspectos da culpabilidade;
- Elementos da culpabilidade;
- Concurso de agentes;
- Sanção penal;
- Penas;
- Medida de segurança;
- Penas;

- Cominação e aplicação da pena
- Aplicação;
- Ação penal e a punibilidade;
- Ação penal;
- Punibilidade;
- Sursis, livramento condicional, efeito da condenação e a reabilitação;

DIREITO PENAL – PARTE ESPECIAL

- Os Crimes contra a Vida;
- Homicídio;
- Homicídio privilegiado;
- Homicídio qualificado;
- Homicídio culposo;
- Crime de participação em suicídio;
- Infanticídio;
- Aborto;
- Lesão corporal;
- Lesão corporal leve;
- Lesões corporais graves e gravíssimas;
- Lesão corporal seguida de morte;
- Violência doméstica;
- Rixa;
- Crimes contra a honra;
- Calúnia;
- Exceção da verdade na calúnia;
- Difamação;
- Exceção da verdade na difamação;
- Injúria;
- Injúria real;
- Injúria preconceituosa ou discriminatória;
- Imunidades nos crimes contra a honra;
- Retratação;
- Ação penal nos crimes contra a honra;
- Crimes contra o patrimônio;
- Furto;
- Furto noturno;
- Furto privilegiado;
- Furto qualificado;
- Furto de coisa comum;
- Furto de veículo automotor;
- Roubo;
- Roubo qualificado ou circunstanciado;
- Roubo qualificado pelo resultado;
- Extorsão;
- Extorsão qualificada;
- Extorsão qualificada pelo resultado;
- Extorsão qualificada pelo sequestro relâmpago;
- Extorsão mediante sequestro;

- Extorsão mediante sequestro qualificado;
- Delação premiada;
- Extorsão indireta;
- Crime de dano;
- Dano qualificado;
- Crime de pastoreio ilegítimo;
- Apropriação indébita;
- Apropriação de coisa havida por erro;
- Apropriação indébita de tesouro;
- Apropriação de coisa achada, de coisa perdida;
- Apropriação indébita privilegiada;
- Estelionato;
- Fraude no pagamento por meio de cheque;
- Emissão de cheque sem fundo;
- Crime de receptação;
- Espécies de receptação;
- Imunidades nos crimes contra o patrimônio;
- Crimes funcionais;
- Funcionário público por equiparação legal;
- Peculato;
- Inserção de dados falsos em sistema de informações;
- Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações ou peculato-eletrônico ou peculato-hacker;
- Concussão;
- Excesso de exação;
- Corrupção passiva;
- Corrupção passiva qualificada ou exaurida;
- Corrupção passiva privilegiada;
- Facilitação de contrabando e descaminho;
- Prevaricação;
- Condescendência criminosa;
- Advocacia administrativa;
- Abandono de função;

DIREITO PROCESSUAL PENAL

- Inquérito Policial;
- Conceito;
- Polícia judiciária;
- Inquérito extrapoliciais;
- Características do inquérito policial;
- Prescindibilidade
- Prazo;
- Formas de iniciar o inquérito;
- Relatório;
- Resolução 63/2009;
- Ação penal
- Espécies de ação penal;
- Titular da ação penal

- Requisitos da petição inicial;
- Causas de rejeição liminar;
- Ação penal pública;
- Princípios que regem a ação penal pública;
- Subespécies de ação penal pública;
- Ação penal pública condicionada à representação;
- Formas de representação;
- Legitimidade;
- Prazo;
- Retratação;
- Vinculação;
- Ação penal pública condicionada à requisição;
- Ação penal privada;
- Ação penal privada personalíssima;
- Ação pena privada subsidiária da pública;
- Atuação do MP;
- Prazo para o oferecimento da queixa subsidiária;
- Citação
- Formas de citação
- Prisões;
- Espécies;
- Prisão temporária;
- Prisão legal;
- Condições de admissibilidade;
- Momento da decretação
- Fundamentos;
- Prisão preventiva;
- Legitimidade;
- Requisitos para decretar a prisão preventiva;
- Condições de admissibilidade;
- Prisão em flagrante;
- Auto de prisão em flagrante;
- Competência e jurisdição;
- “Ratione loci”;
- Crimes à distância;
- “Ratione Materiae”;
- Justiça eleitoral;
- “Ratione Personae”;
- Perpetuação da jurisdição e os casos de foro especial;
- Conexão e competência;
- Procedimentos;
- Procedimento comum;
- Procedimento especial
- Rito ordinário;
- Oferecimento da denúncia ou queixa;
- Rito sumário;
- Procedimento dos crimes funcionais;
- Procedimento nos crimes funcionais;
- Procedimento do tribunal do júri;

- 1ª fase do tribunal do júri;
- 2ª fase do tribunal do júri;
- Desaforamento;
- Meios de provas;
- Prova testemunhal;
- Reconhecimento de pessoa e coisa;
- Reconhecimento fotográfico;
- Reconhecimento fonográfico de voz;
- Vídeo conferência;
- Acareação;
- Admissibilidade;
- Interrogatório;
- Confissão;
- Declaração da vítima;
- Prova pericial;
- Prova documental;
- Indícios
- Busca e apreensão;
- Recursos;
- Recurso de ofício;
- Recurso em sentido estrito;
- Cabimento;
- Procedimento de recurso em sentido estrito;
- Competência;
- Apelação;
- Cabimento;
- Recursos;
- Embargos de declaração;
- Embargos infringentes ou de nulidade;
- Carta testemunhável;
- Agravo em execução;
- Recurso ordinário constitucional;
- Revisão criminal;
- Habeas corpus;
- Mandado de segurança;
- Recurso extraordinário e recurso especial;

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

- Lei dos crimes hediondos – lei n.º 8.072/90
- Rol dos crimes hediondos;
- Consequência da hediondez;
- Delação premiada;
- Lei de drogas -lei n.º 11.343/06;
- Lei da tortura – lei n.º 9.455/97;
- Efeito da condenação;
- Lei dos juizados especiais – lei n.º 9.099/95;
- Requisitos da transação penal;
- Consequências da transação penal;

CURSO JURÍDICO FMB CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DOS MÓDULOS

- Requisitos para a suspensão condicional do processo;
- Período de prova;
- Causas de revogação da suspensão condicional do processo;
- Lei Maria da Penha – lei n.º 11.340/06;
- Medidas protetivas de urgência;
- Lei das contravenções penais – decreto-lei n.º 3.688/41;
- Lei da interceptação da comunicação telefônica (ICT) – Lei n.º 9.296/96;
- Requisitos da ICT;
- Lei n.º 12.850/2013
- Considerações iniciais;
- Conceito de organização criminosa;
- Abrangência da Lei;
- Tipo penal incriminador de organização criminosa;
- Policiais e outros funcionários públicos;
- Meios de obtenção de prova e investigação;
- Da colaboração premiada;
- Particularidades;
- Requisitos da colaboração premiada
- Direitos do colaborador;
- Da ação controladora;
- Da infiltração, por policial, em atividade de investigação;
- Particulares;
- Direitos do agente;
- Lei do preconceito – Lei n.º 7.716/89;
- Código de trânsito brasileiro – Lei n.º 9.503/97;
- Crimes em espécie;
- Lei ambiental – lei n.º 9.605/98;
- Lei de lavagem de dinheiro – lei n.º 9.613/98;
- Lei de execução penal – lei n. 7.210/84;
- Execução das penas em espécie;
- ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente – lei n 8.69/90;
- Estatuto do idoso – lei n 10.741/03;
- Estatuto do desarmamento – lei n. 10.826/03;

DIREITO DO TRABALHO

- Introdução ao Direito do Trabalho;
- Conceito de direito do trabalho;
- Fontes do direito do trabalho;
- Classificação das fontes do direito do trabalho;
- Fontes subsidiárias do direito do trabalho;
- Princípios do direito do trabalho;
- Conceito de princípios;
- Relação de trabalho e relação de emprego;
- Distinção de relação de trabalho e relação de emprego;
- Requisitos indispensáveis para a caracterização da relação de emprego;
- Forma do contrato de trabalho;
- Empregador;

CURSO JURÍDICO FMB CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DOS MÓDULOS

- Responsabilidade solidária no caso de grupo econômico;
- Tipos especiais de empregados;
- Modalidades;
- Empregado doméstico – alteração da EC 72/2013;
- Empregado rural;
- Empregado a domicílio;
- Empregado público;
- Trabalhador voluntário;
- Modalidades de contrato de trabalho;
- Normas de proteção da criança e do adolescente;
- Do contrato de aprendizagem;
- Do contrato de estágio;
- Alterações do contrato de trabalho;
- Suspensão e interrupção do contrato de trabalho;
- Interrupção;
- Suspensão;
- Jornada de trabalho;
- Horas extras;
- Período de repouso;
- Descanso semanal remunerado;
- Período aquisitivo;
- Salário e remuneração;
- Prêmio e gratificação;
- Equiparação salarial;
- Diferença entre sucessão e substituição;
- Término do contrato de trabalho;
- Aviso prévio;
- Estabilidade;
- Término do contrato de trabalho por justa causa;
- Aposentadoria por invalidez;
- Aposentadoria por tempo de contribuição ou por tempo de serviço;
- Modificação no regime jurídico inicial;

DIREITO PROCESSUAL TRABALHISTA

- Introdução do processo do trabalho;
- Conceito;
- Princípios;
- Fontes do processo do trabalho;
- Organização da justiça do trabalho;
- Competência da justiça do trabalho;
- Ação e processo;
- Procedimento comum
- Dissídio individual, petição, requisitos, aditamento, ementa e indeferimento;
- Petição inicial;
- Perempção trabalhista;
- Prescrição trabalhista;
- Direito processual do trabalho;

- Das provas no processo do trabalho;
- Do depoimento pessoal;
- Fase decisória;
- Da sentença;
- Embargos de declaração;
- Recursos;
- Espécies de recurso;

DIREITO CONSTITUCIONAL

- Conceito de Constituição;
- Elementos da Constituição;
- Classificação das Constituições;
- Poder constituinte;
- Titulares do poder constituinte
- Espécies de poder constituinte;
- Emenda constitucional;
- Aplicabilidade e eficácia das normas constitucionais;
- Princípios fundamentais;
- Forma de Estado;
- Forma de governo;
- Sistema de governo;
- Fundamentos da República Federativa do Brasil;
- Democracia;
- Direitos e garantias Fundamentais;
- Classificação;
- Direitos e deveres individuais e coletivos;
- Direito à vida;
- Legalidade;
- Igualdade;
- Liberdade;
- Privacidade e intimidade;
- Remédios constitucionais;
- Direitos sociais;
- Nacionalidade e direitos políticos;
- Nacionalidade;
- Brasileiros natos;
- Brasileiros naturalizados;
- Diferença entre brasileiros natos e naturalizados;
- Perda da nacionalidade;
- Direitos políticos;
- Sufrágio;
- Capacidade eleitoral ativa;
- Capacidade eleitoral passiva ou sufrágio passivo;
- Condições de elegibilidade;
- Inelegibilidades;
- Poder legislativo, leis complementares e leis ordinárias;
- Características da câmara dos deputados;

CURSO JURÍDICO FMB CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DOS MÓDULOS

- Diferença entre legislatura e sessão legislativa
- Sessão legislativa ordinária;
- Atribuições do Congresso Nacional e de cada das duas casas;
- Mesa diretora;
- Comissões;
- Comissões temáticas;
- Comissões especiais;
- Comissão parlamentar de inquérito;
- Poderes da comissão parlamentar de inquérito;
- Comissão representativa;
- Imunidades parlamentares;
- Lei complementar e leis ordinárias;
- Fase de elaboração de uma lei complementar e de uma lei ordinária;
- Poder executivo;
- Eleições do Presidente da República;
- Características principais do cargo do Presidente;
- Impedimento ou vacância do cargo do Presidente;
- Imunidade formal de Presidente da República;
- Processo de Crime por Responsabilidade;
- Atribuições do Presidente da República;
- Vice-Presidente da República;
- Ministro de Estado;
- Poder Judiciário;
- Estatuto da magistratura;
- Ingresso na magistratura;
- Garantias do Poder Judiciário;
- Órgãos do poder judiciário;
- Súmula vinculante;
- Conselho Nacional de Justiça;
- Funções essenciais à Justiça;
- Ministério Público;
- Princípios do Ministério Público;
- Atribuições do Ministério Público;
- Garantias do Ministério Público;
- Garantias dos membros, dos promotores e procuradores;
- Vedações dos membros, dos promotores e procuradores;
- Conselho Nacional do Ministério Público;
- Advocacia Pública;
- Advocacia Privada;
- Defensoria Pública;
- Controle de Constitucionalidade;
- Formas de controle;
- Momentos de controle;
- Ação direta de inconstitucionalidade (ADIN);
- Ação declaratória de constitucionalidade (ADC);

DIREITO ADMINISTRATIVO

CURSO JURÍDICO FMB CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DOS MÓDULOS

- Direito Administrativo;
- Conceito;
- Elementos;
- Órgãos públicos;
- Agentes públicos;
- Pessoas jurídicas administrativas;
- Atividade jurídica não contenciosa;
- Bens públicos;
- Regime jurídico da administração
- Princípios;
- Princípio da Legalidade;
- Princípio da Impessoalidade;
- Princípio da Moralidade Administrativa;
- Princípio da Publicidade;
- Princípio da Eficiência;
- Princípio da Autotutela;
- Princípio da Presunção de Legitimidade ou legalidade;
- Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade;
- Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o Particular;
- Princípio da indisponibilidade do interesse público;
- Princípio da continuidade do serviço público;
- Princípio da Motivação;
- Administração pública;
- Serviço público;
- Atividade de fomento;
- Atividade de polícia administrativa
- Intervenções da propriedade;
- Administração e administração pública;
- Organização da administração pública;
- Desconcentração;
- Descentralização;
- Administração direta e indireta;
- Autarquias;
- Fundações públicas;
- Empresas públicas e sociedade de economia mista;
- Atos administrativos;
- Requisitos do ato administrativos;
- Forma;
- Finalidade;
- Competência;
- Objeto;
- Motivo;
- Atributos do ato administrativo;
- Presunção de legitimidade;
- Autoexecutoriedade;
- Imperatividade;
- Tipicidade;
- Vinculação e discricionariedade;
- Anulação e revogação de atos;

- Poderes da administração;
- Excesso de poder e desvio de poder;
- Poder normativo;
- Poder regular
- Poder hierárquico;
- Poder disciplinar;
- Poder de polícia;
- Licitação;
- Objeto e Objetivos da Licitação; obrigatoriedade da licitação;
- Modalidades de licitação;
- Concorrência;
- Tomada de preço;
- Convite;
- Concurso;
- Leilão
- Pregão;
- Tipos de licitação;
- Fases da licitação;
- Revogação e anulação da licitação;
- Contratos administrativos;
- Características;
- Extinção dos contratos administrativos;
- Servidores públicos
- Responsabilidade civil do Estado;
- Improbidade administrativa;
- Serviços públicos;
- Princípios do serviço público;
- Classificações de serviço público;
- Concessão e permissão de serviços;
- Características da concessão;
- Bens públicos;
- Classificação de bem público;
- Processo administrativo;

DIREITO TRIBUTÁRIO

- Direito Tributário;
- Princípios constitucionais tributários;
- Anterioridade nonagesimal ou noventaena;
- Exceções a anterioridade genérica;
- Princípios setoriais
- Competência tributária;
- Competência comum;
- Competência residual;
- Regras relacionadas à competência;
- Regras da não caducidade;
- Partilha do produto dos tributos;
- Papel da lei complementar no direito tributário;

- Matérias que tem de ser veiculadas por meio de lei complementar;
- Formas de exoneração fiscal;
- Conceito de tributo;
- Espécies tributárias – modalidades de tributo;
- Imposto em espécie;
- Imposto de renda;
- Imposto de importação;
- Imposto de exportação;
- Imposto sobre grandes fortunas;
- Impostos extraordinários;
- Impostos residuais;
- Imposto territorial rural;
- Imposto sobre operações financeiras;
- IPI (imposto sobre produtos industrializados);
- Impostos estaduais;
- IPVA;
- ITCMD;
- ICMS;
- Impostos municipais;
- ISS;
- ITBI;
- IPTU;
- Outras modalidades;
- Impostos em espécie;
- Norma tributária;
- Fontes;
- Vigência da lei tributária no espaço;
- Vigência da lei tributária no tempo;
- Normas de integração da norma tributária;
- Artigos 109 e 110 do CTN;
- Interpretação restritiva;
- Interpretação mais benéfica;
- Fato gerador;
- Obrigação tributária;
- Princípio da inoponibilidade das convenções particulares perante o fisco;
- Solidariedade tributária;
- Outros institutos do código tributário;
- Domicílio fiscal;
- Sujeitos;
- Regras de responsabilidade tributária;
- Substituição tributária;
- Responsabilidade por substituição;
- Responsabilidade tributária por transferência;
- Responsabilidade tributária por sucessão;
- Responsabilidade de terceiros;
- Responsabilidade por infração;
- Denúncia espontânea;
- Crédito tributário;

- Lançamento tributário;
- Lançamento por homologação (autolançamento)
- Lançamento de ofício ou direto
- Lançamento por declaração (misto);
- Hipóteses de suspensão do crédito tributário;
- Hipóteses de exclusão do crédito tributário;
- Hipótese de extinção do crédito tributário;
- Repetição de indébito;
- Inscrição na dívida ativa;
- Certidão de regularidade fiscal;
- Administração tributária;
- Quebra do sigilo bancário;
- Garantias de privilégios do crédito tributário;
- No processo falimentar.

ÉTICA

- Honorários advocatícios;
- Sanções;
- Multa;
- Censura ou advertência;
- Exclusão;
- Suspensão;
- Processos na OAB;
- Processo disciplinar
- Revisão;
- Reabilitação;
- OAB;
- Tipos de inscrição
- Licença;
- Cancelamento;
- Impedimento;
- Incompatibilidade;
- Atividades privativas
- Procuração;
- Estagiário;
- Sociedade;
- Advogado empregado;
- Publicidade.